

A guerra como guerrilha: o Exército Brasileiro no Contestado e o ideal de modernização das Forças Armadas

Eduardo Rizzatti Salomão ^a

Resumo: A Guerra do Contestado, que ocorreu de 1912 a 1916, foi uma das maiores revoltas civis registradas na história do Brasil. Ao explorar este período com uma abordagem nos aspectos militares e nas implicações no contexto castrense, esta pesquisa oferece uma análise dos eventos da Campanha do Contestado, demonstrando como esse episódio se tornou um exemplo modelo de guerra irregular a ser estudado no âmbito do Exército Brasileiro, bem como influenciou em seus processos de modernização.

Palavras-chave: Guerra do Contestado, guerrilha, Primeira República.

INTRODUÇÃO

A Guerra do Contestado (1912-1916) envolveu uma das mais extensas rebeliões civis desencadeadas em território brasileiro. Percorrendo esse episódio com foco nos aspectos propriamente militares ou ligados aos estudos do universo castrense, este texto apresenta resultados da apreciação do

passado de experiência da Campanha do Contestado com a compreensão desse episódio como um evento paradigmático, compreendido como uma “pequena guerra” (guerrilha) com efeitos marcantes na política de modernização das Forças Armadas, particularmente no Exército Brasileiro.

Dos eventos lembrados pela História Militar Brasileira, não

^a Major do Quadro Complementar de Oficiais, doutor em História.



poucos autores evidenciam que o Contestado ocupa espaço menos notável no rol da atuação do Exército Brasileiro em operações de guerra – além de se assunto sensível, posto que contemple o emprego das tropas federais contra nacionais. Ocorre, entretanto, que essa menor atenção não expressa a pouca relevância da experiência do Contestado na memória institucional do Exército¹, considerando o histórico da expressiva mobilização militar e, em particular, as reflexões sobre o dilema do uso da violência contra os civis e o papel de estudo de caso sobre os meios e modos de combate nas chamadas guerras insurrecionais.

Com o olhar no fenômeno da guerra, tendo por guia a revisão bibliográfico-documental, o Contestado foi aqui apreciado observada a sua inserção na compreensão do emprego da violência a moldar o desenvolvimento das sociedades e do aparato estatal moderno². No Contestado, a manifestação do fenômeno da guerra atendeu a propósitos claramente políticos, no que se refere ao papel da mobiliza-

ção do aparato militar em sintonia com objetivos do Estado brasileiro de subjugar a população rebelde e promover o projeto de desenvolvimento regional, além de favorecer acertos entre potentados locais e a dar fecho a assinatura do acordo encerrando a questão dos limites estaduais que batizou o conflito (a chamada Questão do Contestado).

Essa compreensão, em hipótese, encontraria suporte no conceito clausewitziano de que a guerra implica o uso político da violência para forçar o adversário a fazer determinada vontade³, mas, observado o fenômeno com cautela, é preciso cuidado ao avaliar essa campanha com o ferramental aplicado ao fenômeno da guerra em termos clássicos. No Contestado, não se verificou o confronto entre forças antagônicas equivalentes ou assemelhadas ou força irregular organizada com o claro propósito de confrontar o poder estatal, sendo mais nítida a eclosão de uma rebelião com propósitos difusos. Do lado rebelde, a guerra foi interpretada como uma resposta ao contexto de conflito social e político,



envolvendo, em termos objetivos, uma reação à agressão sofrida⁴, não excluído corresponder ao impulso religioso a anunciar o advento de uma época de fartura e felicidade sob o império da “lei de Deus” a ser inaugurada com a Guerra de S. Sebastião⁵.

Do exposto, a compreensão do tema não excluiu reconhecer a guerra como uma manifestação cultural, no sentido dado por John Keegan⁶, dado que os conflitos armados implicam expressões de diversa ordem, de forma que a expressão “guerra” foi abordada neste trabalho de forma polissêmica, considerando englobar significações políticas e culturais – mas assumindo o primado da política no evento.

No tocante à pesquisa do tema, o foco principal deste trabalho se lançou sobre as produções que informam sobre os aspectos militares da Campanha do Contestado. Do manancial consultado, as obras de Demerval Peixoto (1916; 1960), Fernando Setembrino de Carvalho (1916a; 1916b; 1950) e Herculano T. Assunção (1917; 1918) se reve-

laram material mais relevante em termos de oferta de informações sobre a campanha. Também foram fundamentais, no interesse de compreender como a campanha foi assimilada pela instituição militar, as produções editadas sob os auspícios do Estado-Maior do Exército (EME), sendo elas o estudo *Pesquisa e relatório sobre as características do combatente na campanha do Contestado* (Brasil, 1963 - inédito), o livro *História do Exército Brasileiro* (Brasil, 1972) e a publicação *Guerras Insurrecionais no Brasil (Canudos e Contestado)* (Brasil, 1987). No campo acadêmico, do conjunto de obras consultadas com enfoque militar, ressaltam-se os trabalhos de José Murilo de Carvalho⁷ e Frank McCann⁸, entre outros autores de relevo elencados no texto, passando pela análise sociológica, política e cultural.

O primeiro tópico insere o leitor na Campanha do Contestado, percorrendo eventos da guerra e o contexto da época. O momento seguinte aprecia a narrativa adotada pelos militares, onde se revela o suporte na comparação dos aconte-



cimentos do Contestado com a experiência em Canudos; nessa etapa, busca-se evidenciar o núcleo interpretativo que constituiu a memória institucional do Exército a revelar o Contestado como um evento paradigmático no campo das operações militares no cenário interno – aprecia-se, nessa etapa, a experiência do Contestado com o interesse no estudo do fenômeno da luta guerrilheira numa costura que aprecia do tema da modernização do Exército.

A CAMPANHA MILITAR DO CONTESTADO

Nos anos de 1912 a 1916, desenvolveu-se no sul do Brasil a Guerra do Contestado, episódio compreendido por muitos pesquisadores como uma rebelião que reuniu motivações políticas, problemas sociais e expectativas religiosas, em época em que a jurisdição sobre extenso território era disputada entre os estados do Paraná e Santa Catarina⁹. A repressão à revolta foi marcada pelo emprego

maciço do Exército, resultando na morte de cerca de 10 mil pessoas, número impreciso diante das dificuldades de aferi-lo com alguma margem de segurança ou mesmo propositalmente subestimado.

A Guerra do Contestado percorreu os governos dos presidentes Hermes da Fonseca (1910-1914) e Wenceslau Braz (1914-1918), em época na qual se encontrava em curso esforços em favor da reforma das Forças Armadas (Exército e Marinha) e do serviço militar¹⁰. Em termos propriamente militares, o Contestado se destaca por ser um evento que percorreu, grosso modo, cerca de 4 anos, reunindo, no seu auge (de 1914 a 1916), em torno de 40 unidades do Exército nacional, entre regimentos, batalhões, companhias e pelotões, contando com suporte de baterias de artilharia, inaugurando a aviação em operações de guerra no Brasil e cogitando-se o emprego da Marinha em operações fluviais¹¹, algo notável no contexto das carências militares do país nos anos 1910 e, em muitos aspectos, superando a mobi-



lização observada na Campanha de Canudos¹².

Quando da eclosão dos eventos que levaram à rebelião, a região do Contestado passava por um esforço de aquecimento econômico promovido pela implantação da Estrada de Ferro São Paulo–Rio Grande (EFSPRG) e a instalação de empresas estrangeiras dedicadas a exportar madeiras em escala industrial e colonizar terras com a atração de imigrantes de origem europeia. Mirando promover o povoamento e o desenvolvimento da região, o Estado brasileiro firmou acordo com o grupo do empresário estadunidense Percival Farquhar. Como parte do pagamento, cedeu-se ao Sindicato Farquhar direitos de exploração sobre uma extensa faixa de terras que correspondia um domínio médio de nove quilômetros a partir das margens da ferrovia¹³. Na execução do projeto, constituíram-se as empresas *Brazil Railway Company*, encarregada da construção e operação da ferrovia, e a *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*, dedicada à extração e beneficia-

mento de madeira em escala industrial e à colonização. Outras empresas colonizadoras dedicadas a atrair imigrantes europeus foram instaladas no Contestado. Nessa dinâmica, reunindo interesses políticos e econômicos, o Estado brasileiro se impôs na região por meio do uso da máquina militar e policial, favorecendo empreendimentos privados¹⁴.

À época, a conjuntura vivenciada no Contestado era marcada pela concentração da propriedade fundiária nas mãos de coronéis-fazendeiros que efetivamente ditavam as regras, interferindo nas eleições e na aplicação da justiça. O ambiente agitado pelas transformações socioeconômicas e por conflitos de interesses, com a expropriação de terras, com quebra de laços de confiança entre agregados e coronéis-fazendeiros, constituiu um fenômeno de anomia social, conforme identificado por Douglas T. Monteiro¹⁵. Nesse ambiente, gestou-se a crise onde se constituiu um movimento religioso de caráter messiânico, permeado por reivindi-



cações de conteúdo político e social.

Pontuando a eclosão da rebelião, foram marcantes os acontecimentos na localidade de Taquaruçu, em agosto de 1912, envolvendo atritos entre o curandeiro “monge”¹⁶ José Maria e o chefe político local, coronel Francisco de Albuquerque, levando o primeiro a buscar refúgio em solo do Contestado. Chegando a Irani, o monge foi precipitadamente acusado pelo governo paranaense de se fazer cercar de pessoas armadas para agir em favor de Santa Catarina na questão de limites entre estados. A resistência à prisão por parte do monge e a ação da força policial paranaense resultaram no massacre na chamada Batalha do Irani, ceifando a vida de dezenas de pessoas, entre elas José Maria e o comandante da força policial – o coronel comissionado João Gualberto (capitão do Exército). Desse episódio decorreu um processo de fabulação religiosa com a manifestação da crença na ressurreição de José Maria, estimulando a forma-

ção de novo ajuntamento em Taquaruçu após cerca de um ano¹⁷.

No transcurso de 1913, a mobilização militar foi diminuta, tratando-se de medida limitada no pós-Irani a marcar a presença federal diante da remota possibilidade de confronto entre os estados, sendo logo desmobilizada. O momento que delimitou o envolvimento intenso do Exército no Contestado ligou-se aos ataques ao acampamento de Taquaruçu em 1913-1914. Empregado, inicialmente, para reprimir um movimento acusado de propor a restauração da monarquia (denúncia que se revelou frágil), o Exército tinha por missão desfazer o ajuntamento de devotos do santificado José Maria.

A primeira investida, no final de dezembro, foi motivo de vexame, pois, diante da resistência dos acampados, seguiu-se a fuga desordenada dos militares a ponto de extraviar cargas de armas e munições pelos caminhos. Como a buscar vingança, o segundo e mais robusto ataque, levado a efeito em 8 de fevereiro de 1914, foi



extremamente violento, resultando que

O estrago da artilharia sobre o povoado de Taquaruçu era pavoroso. Grande número de cadáveres, calculado por uns, em 40 e tantos e por outros, em 90 e tantos; pernas, braços, cabeças, animais mortos: bois, cavalos, etc., casas queimadas, etc¹⁸.

Entre os militares foi registrado um morto e três feridos¹⁹, revelando a desproporção de forças e o propósito letal de uma operação contra um movimento com ares sebastianistas²⁰.

Demerval Peixoto registrou que “O ataque de Taquaruçu foi positivamente o facho que ateou a guerra no Contestado”²¹, observando que longe de dar o movimento por encerrado, esse episódio espalhou a rebelião²². Após denúncias de saques de propriedades, os reclames de chefes políticos e empresários puseram a máquina de guerra da República em movimento, reunindo-se mais de mil soldados sob as ordens do general Carlos de Mesquita, veterano de Canu-

dos²³. A campanha começava a tomar forma em 1914, não sem percalços de toda a ordem. Incomodado com os desentendimentos junto ao comando da região militar, sediado em Curitiba, e expressando contrariedade com a missão que julgou nada condizente com o papel reservado a uma força bélica, Mesquita se retirou após se satisfazer com a vitória sobre uma fração rebelde, posteriormente identificada como um guarda de acampamento²⁴.

Diante do prosseguimento da conflagração, com assassinatos, saques, incêndios e depredações de propriedades, o quadro agravou-se, sendo marcado por ataques a fazendas e sedes das empresas estrangeiras, notabilizando-se pela morte do capitão Mattos Costa e diversos militares do destacamento que permaneceu na região. Buscando dar resposta à situação, que envolvia lidar com os chefes dos executivos estaduais, o comando das operações foi entregue ao general Fernando Setembrino de Carvalho, militar egresso da intervenção federal no Ceará a por fim a Revol-



ta de Juazeiro (1914). Passando a contar com o apoio mais atento do presidente e do ministro da guerra, Setembrino teve em suas mãos maiores recursos do que o seu antecessor, assumindo as operações ao mesmo tempo em que passava a responder pelo comando da inspetoria militar. Hábil ao entender-se com os poderosos do planalto, o general passou a contar com o apoio de chefes locais sobre os quais pairavam denúncias de assassinatos, falsificação de dinheiro e roubo de terras, de forma que o sucesso das operações envolveu a aliança com os desafetos dos rebeldes, entre eles personagens apontados como os causadores de muitas das mazelas que levaram os caboclos às armas²⁵.

Organizada a campanha, que nas palavras de seu comandante compreendia uma “pequena guerra”²⁶, reuniram-se, em meados de 1915, dezenas de batalhões e regimentos, contando com obuses, metralhadores, serviços de engenharia, comunicações e transporte, somando aproximadamente sete mil militares. O efetivo era expres-

sivo ao se considerar que, para o ano de 1915, o total previsto no orçamento para todo o Exército não ultrapassava a marca de 18 mil alistados²⁷. Dessa “primeira” guerra brasileira do século XX, participava uma força carente de reforma e cujos integrantes mais entusiastas da modernização das Forças Armadas observavam os desenlaces da Primeira Guerra Mundial, evidenciando inúmeras debilidades no Exército e na Marinha²⁸.

Restringindo a circulação de informações sobre a guerra, Setembrino de Carvalho cerceou a atividade propriamente jornalística, fazendo questão de expressar que “era de todo indispensável que o jornal se mantivesse no círculo de uma perfeita cortesia”²⁹. Essa postura demonstra uma preocupação para além do resguardo para com o vazamento de informações sensíveis, tendo nítidos traços de uma decisão a poupar a imagem do Exército diante de uma cobertura jornalística a uma guerra indigesta. Cumprindo papel impróprio aquele reservado a uma força militar no concerto das nações modernas,



aquele tempo o Exército era empregado para enfrentar como inimigo o habitante do Brasil rural.

Ainda sobre a cobertura jornalística, também não era interessante divulgar problemas sanitários, indisciplina e a acusação de crimes diversos, entre esses últimos o assassinato de caboclos e imigrantes por piquetes de vaqueanos e oficiais da Guarda Nacional entre os quais estavam integrados graduados da força militar federal³⁰.

Avaliando a guerra em sua dimensão mais ampla, envolvendo a construção do Estado brasileiro, como apreciado por Todd A. Diacon³¹ e Motta de Carvalho³², é preciso, sem negar-lhe as peculiaridades do ambiente político, com destaque para o contexto do coronelismo³³, interpretá-la enquanto dinâmica política relacionada à conjuntura de inserção do moderno capitalismo no Contestado. Para isso, deve-se reconhecer essa parcela do planalto sul como área economicamente pouco desenvolvida e preocupante sob o ponto de vista da política externa, porque recentemente disputada com a

Argentina, nação então observada com receio pelo seu potencial militar latente³⁴.

Dando forma à campanha, Setembrino de Carvalho organizou seus efetivos considerando a peculiar situação do conflito, que abrangia milhares de quilômetros quadrados. A distribuição das tropas, observando os pontos cardeais, objetivava dar cerco aos rebeldes, visando estrangular as rotas de suprimento enquanto eram planejadas ações mais incisivas. Para melhor compreender a situação e aprimorar as informações provenientes de uma escassa cartografia sobre a região, o general se serviu de guias e informantes e do uso do avião, construindo hangares para aeroplanos Morane-Saulnier, contando com os pilotos tenente Ricardo Kirk, que viria a falecer em acidente aéreo no Contestado (episódio que encerrou o experimento), e o instrutor italiano Ernesto Darioli³⁵.

Na apreciação da “pequena guerra”, Setembrino de Carvalho registrou a sua inspiração no pensamento de Carl von Clausewitz,



ao reconhecer a importância em buscar a batalha decisiva a proporcionar “o aniquilamento das forças armadas, e a ruína total do poder do inimigo”³⁶, algo que o general reconheceu, infere-se, como difícil de ser vislumbrando no cenário de guerra sulista.

No Contestado, o Exército tinha por oponentes grupos dispersos constituídos, sobretudo, de camponeses aguerridos, fortalecidos pela fé religiosa, armados de clavas, rifles, revólveres e facões de madeira, contando, como melhor recurso, com alguns bandoleiros de fama e uns poucos oficiais da Guarda Nacional aliados ao movimento³⁷. Não se tratava, portanto, de uma força militar organizada em moldes a ser enfrentada nos termos de uma guerra convencional, de forma que, para combatê-la, uma pequena parcela das tropas passou a formar formação diversa do usual, passando a adotar formação ágil a permitir adentrar aos caminhos e matas e combater em termos similares ao de um adversário disperso³⁸.

Adotada nova tática, aliada ao estrangulamento de rotas de suprimento rebelde e a ocupação de posições chave nos pontos cardinais, cercando focos de resistência, o jogo virou em favor do Exército.

Ao final de 1915, as forças rebeldes estavam em franca decadência, registrando-se rendições em massa a incluir chefes do movimento. Operações violentas, a exemplo das conduzidas pelos capitães Tertuliano de Albuquerque Potyguara e Vieira da Rosa, com a morte de civis e incêndios de povoados, fizeram às vezes das batalhas decisivas. Na parte de combate a narrar a controversa marcha até a cidadela de Santa Maria, Potyguara esclareceu que a tropa deixou “uma força na retaguarda para ir incendiando e arrasando tudo que fosse encontrado pelos caminhos”³⁹, para concluir que “Queimamos perto de 5.000 casas e ranchos de palha e matamos em combate uns 600 jagunços”⁴⁰.

A ação evidenciava que, agindo como numa vendeta, as forças militares, apoiadas pelos vaquea-



nos, atuavam com o propósito de aniquilar os rebeldes.

No que toca as oportunidades de rendição, a bem da verdade, esse caminho foi proposto pelo general Setembrino de Carvalho por meio de manifestos, sendo em alguns casos atendido, com demonstração de armas de líderes como Bonifácio Papudo e Henrique Wolland e os fluxos de pessoas a se dirigir aos acampamentos militares⁴¹.

De triste memória, estendendo-se por 1916, mais notável é o registro de que caiu sobre os rebeldes remanescentes a sanha vingativa de parcela de muitos potentados locais a ultrapassar a datação oficial do término do conflito, não poupando aqueles que se entregaram espontaneamente⁴². Melhor sorte tiveram alguns membros da facção dita “moderada” do movimento, entre os quais estavam pessoas de melhor condição social, com laços com lideranças políticas e que contaram com serviços advocatícios⁴³.

Em 20 de outubro de 1916, os estados do Paraná e Santa Catarina

assinaram o acordo que definiu os limites territoriais e encerrou a contenta judicial. Efetivamente, a questão de limites não foi decisiva na deflagração do fenômeno de rebeldia e a assinatura do acordo não encontra relação específica com o fim dos combates, mas os entendimentos selados no Palácio do Catete davam o problema por encerrado.

Do legado do Contestado para modernização das Forças Armadas, com ênfase no Exército, o relatório do general Setembrino fez importantes apontamentos, abordando também o emprego de elementos da Guarda Nacional e a possibilidade de apoio da Marinha do Brasil no patrulhamento do Rio Iguazu (que não se concretizou por problemas logísticos). Os registros de Setembrino de Carvalho, incluindo texto apresentado ao Clube Militar⁴⁴, foram aproveitados como fontes de consulta por anos. Note-se que o general foi Ministro da Guerra de 1922 a 1926, no curso da implementação das medidas reformistas iniciadas anteriormente e outras ansiadas de longa data, tendo no



Contestado uma de suas mais destacadas experiências pessoais na lide com problemas logísticos, de pessoal e materiais.

A ação de Setembrino na pasta da Guerra deu-se durante os conturbados anos do Governo de Artur Bernardes, com a franca oposição dos militares rebeldes que integraram o movimento tenentista. Do legado da experiência do Contestado, a necessidade de urgente adoção da aviação militar, com a formação de pilotos (o único disponível em 1915 falecera na missão) esteve entre um dos assuntos de destaque. Tudo isso se somou a experiência colhida da Primeira Guerra Mundial, onde se destacou a Missão Aché, conduzida pelo general Napoleão Felipe Aché, e a Missão Médica, ambas na França, dando início às tratativas que levaram a contratação de uma missão francesa para operar junto ao Exército (atuando de 1920 a 1940), e o envio de pilotos da Marinha do Brasil para treinamento na Inglaterra⁴⁵.

Sobre o impacto da experiência no Contestado, Frank

McCann⁴⁶ reconheceu que a campanha se impôs como um importante elemento na memória da instituição militar por anos em virtude da intensa mobilização da máquina de guerra e da violência do conflito a marcar toda uma geração.

Decorridos cerca de 100 anos do término da guerra, o Contestado passou a ser rememorado como lugar de memória no ambiente militar por intermédio de homenagens a personagens, sem ênfase no sucesso em batalhas – algo muito bem-vindo, dado que é impróprio, na percepção deste autor, comemorar sucessos em batalhas levadas à efeito contra compatriotas. Criada há mais de 70 anos, com sede em Curitiba, a Artilharia Divisionária da 5ª Divisão de Exército recebeu a denominação de “Artilharia Divisionária Marechal Setembrino de Carvalho”⁴⁷. Em Ponta Grossa, Paraná, a 5ª Brigada de Cavalaria Blindada passou a ostentar, a contar do ano 2000, o nome de “Brigada General Tertuliano de Albuquerque Potyguara”⁴⁸. Falecido naquele que foi considerado o primeiro acidente aéreo em ope-



rações de guerra no Brasil, Ricardo Kirk foi acolhido como Patrono da Aviação do Exército Brasileiro nos anos 2000⁴⁹, estando entre as homenagens ao piloto a Cruz do Aviador, erigida nas cercanias do local onde se acidentou, no município de General Carneiro, Paraná, e a Praça Capitão Ricardo Kirk, construída em frente a sede do 5º Batalhão de Engenharia de Combate Blindado, no município de Porto União, Santa Catarina, onde foram instalados um busto e a réplica de um aeroplano Morane-Saulnier.

O CONTESTADO COMO PARADIGMA: A GUERRILHA COMO OBJETO DE ESTUDO

Ao passo que a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) se desenvolvia, chamando a atenção dos militares brasileiros para as novas táticas e a magnitude das transformações operadas nos exércitos europeus, a missão no Contestado inseria o dilema do emprego do Exército contra a população

civil. No cumprimento dessa missão, Rogério Rosa Rodrigues observou que “a força terrestre levou para o campo de batalha dos serões sulinos não apenas novas estratégias militares [...] mas também os valores republicanos e a honra ferida pela Guerra de Canudos”⁵⁰.

Testemunhando a honra ferida, a revista *A Defesa Nacional*, em editorial de 10 de outubro de 1914, registrou que “os surtos sangrentos dos fanáticos vão se assemelhando à luta inglória de Canudos”⁵¹. Criada em 1913 pelos chamados jovens turcos, grupo de oficiais brasileiros a professar ideais reformadores, defendendo o aprimoramento profissional da carreira e a modernização do Exército (disso decorrendo o epíteto em alusão aos militares reformadores turcos), o editorial da revista sinalizava apoio à missão do general Setembrino de Carvalho, defendendo o argumento de que, ao se decidir pelo emprego do Exército no Contestado, a reputação da instituição estaria em jogo, o que exigia a união da classe, pois a missão implicaria, efetivamente, em uma



guerra a testar a capacidade militar do país: “A ação das forças militares assumirá, assim, nitidamente as características de *operações de guerra*, contra irmãos, é verdade, mas irmãos que, por seus atos, estão reduzidos à condição de inimigos.” (grifo no original)⁵².

Não favorecendo argumentos em contrário, o editorial de *A Defesa Nacional* esclarecia que “A ação do Exército não deve ter a feição de operações policiais. A polícia age para *prevenir* ou para *remediar* [...] O Exército age diferentemente; ele é um instrumento de combate.” (grifo no original)⁵³. Com essa visão do cenário do Contestado, admitia-se que, de instrumento de manutenção do cumprimento das leis no interior do território, sujeito a assumir excepcionalmente tarefas de natureza policial, o Exército atuaria, efetivamente, numa guerra tendo como inimigos os “irmãos” que passariam a integrar uma categoria passiva de eliminação.

Alguns poucos congressistas manifestaram repúdio ao emprego de militares contra nacionais, onde foram mais evidentes as acaloradas

exposições do deputado federal Maurício de Lacerda que denunciava, recorrentemente, que o conflito servia a “políticos altamente colocados para subjugar os que protestam em nome dos seus direitos conspurcados”⁵⁴, acusando mandatários locais a praticar, com a conivência e mesmo participação de alguns militares, crimes diversos⁵⁵.

Em que pese não se poder afirmar qualquer unanimidade de opinião, a opção de agir no Contestado *manu militari* terminou por encontrar o apoio do oficialato. Os registros de discordância aberta foram pouquíssimos, onde se destacam as manifestações do capitão Mattos Costa na imprensa a enfatizar que “A revolta do Contestado é apenas uma insurreição de sertanejos espoliados nas suas terras, nos seus direitos e na sua segurança”⁵⁶.

Em ofício encaminhado ao general José Caetano de Faria, então ministro da guerra, Setembrino de Carvalho registrou alguns dos problemas enfrentados pelas tropas na atípica campanha, mas



destacando a gravidade da situação para as tropas ao compará-la à luta em Canudos.

Mas quero acrescentar que a rebelião sertaneja, demasiado espalhada no interior do Paraná e de Santa Catarina, só assumiu esse aspecto assustador, que a caracteriza agora, porque seguimos, num cego automatismo, os mesmos processos desastrosos de Canudos.

Assim, a exemplo da guerra nos sertões baianos, os insucessos da tropa foram pouco a pouco convencendo os matutos de uma superioridade ilusória que, senão lhes garante a vitória, ao menos avoluma, nos redutos, o número dos combatentes.

Soma-se a isto, como grave distinção entre Canudos e a campanha atual, que estamos em frente de uma grande população conflagrada, decidida a lutar com a máxima energia e dispersa, num imenso território, por numerosas aldeias⁵⁷.

Para Setembrino de Carvalho, preocupava os processos desastrosos a levar ao insucesso das operações. A semelhança do general comandante, jovens oficiais recordavam Canudos – a alusão com o

Contestado é igualmente recorrente em jornais⁵⁸ –, trazendo à tona lembranças sobre um conflito então encerrado há cerca de duas décadas. Demerval Peixoto, parodiando Euclides da Cunha, autor de *Os Sertões*, avaliou que os rebeldes eram seres fortes e resistentes, verdadeiros sobreviventes da batalha contra uma vida rústica, mas representantes do sertão atrasado. Os comentários em tom euclidiano, o conteúdo de forte viés nacionalista e as comparações dos eventos da Bahia com os do Contestado marcaram a obra do tenente:

Depois de quase eliminada a sociedade retrógrada insurrecta contra a abrupta investida da civilização que tem bafejado apenas os litorais durante os quatro séculos da existência brasílica, podemos positivar – Canudos se repetiu⁵⁹.

Nesse esforço comparativo entre Canudos e o Contestado, cronistas militares registraram reconhecer no modo de lutar dos rebeldes características semelhantes à guerra de guerrilhas, no senti-



do de condução das ações de forma descentralizada e com alto grau de improviso próprio da luta irregular. Em se confirmando essa definição, a justificativa do emprego militar contra civis adentra ao campo da manutenção da soberania nacional contra uma força paramilitar. No caso em questão, essa possibilidade é controversa, uma vez que há sérias dúvidas quanto a capacidade dos rebeldes de ameaçar a soberania estatal. Ademais, a guerra irregular empreendida pelos rebeldes – a “guerrilha”, pequena guerra ou guerrilha –, interpretada pelos autores de época, não se encaixa facilmente na compreensão dada a guerra de guerrilhas característica da luta revolucionária guiada politicamente, o que não impediu que essa analogia constasse de estudos de caso trazendo o assunto à pauta nos anos 1960 e 70 no contexto da Guerra Fria. Mas, independentemente disso, do que se pesquisou, ficou evidente que o Contestado foi assimilado entre os profissionais da guerra como um conflito semelhante a luta guerrilheira.

Notadamente, o tema da guerrilha não era interesse exclusivo dos fardados. Nos anos 1960, o estudo do Contestado ganhou novos contornos aos olhos de cientistas sociais, a exemplo de Rui Facó⁶⁰, interpretando-se os conflitos do Brasil rural como expressão da luta de classes à moda da luta guerrilheira. Se para os militares o interesse se inseria no estudo do passado em proveito do combate das lutas promovidas pela extrema-esquerda, entre os analistas filiados a corrente marxista o interesse tinha por foco reconhecer o episódio como um fenômeno ligado a luta contra o latifúndio.

No interesse em compreender as razões da eclosão dos conflitos no interior do território brasileiro e a forma de lutar peculiar aos habitantes do sertão, o estudo do Contestado não deixou de se fazer presente entre os militares por anos, seja a análise de eventos militares no interesse de estudos táticos e estratégicos ou mesmo como recurso a substanciar apreciações dos feitos passados, como se localiza em artigos e livros da



lavra de oficiais⁶¹. Nesse caminho, incluiu-se o alerta quanto à possibilidade de novas convulsões sociais eclodirem em cenários semelhantes, revelando a preocupação com a integridade territorial. Ao prefaciá-las as memórias do general Setembrino de Carvalho, nos anos 1950, o coronel Lafayette Cruz expressou a compreensão de que o enfrentamento de situações similares ao Contestado não poderia ser descartado.

Foi uma campanha obediente aos cânones clássicos da arte militar com as modificações impostas pelo meio onde se desenvolveriam. É essa operação bélica, sem exagero de expressão, uma obra prima de logística aplicada às nossas guerras sertanejas e que grandes ensinamentos oferece aos estudiosos do assunto e principalmente aos nossos jovens oficiais que, por certo, terão de se haver no futuro com guerras semelhantes se a nossa política não mudar de rumo assistindo e amparando as crescente e sempre miseráveis populações rurais⁶².

Análises com teor preditivo, como a do coronel Lafayette, fizeram-se a tônica das produções institucionais do Exército Brasileiro sobre o Contestado, consolidando uma mensagem a servir de alerta ao oficialato. Um estudo de proveito para a versão referente ao pretense potencial revolucionário do Contestado foi localizado em documento do Estado-Maior do Exército (EME), redigido antes do ciclo 1964-85. O trabalho intitulado *Pesquisa e relatório sobre as características do combatente na campanha do Contestado*⁶³ foi dedicado a apreciar informações sobre armamento, disciplina, liderança, logística e modos de combate. Trata-se de uma compilação de dados sobre os meios e modos de se fazer a guerra, formando cinco volumes manuscritos, e tendo por fecho um texto datilografado onde constam as apreciações finais e opiniões sobre o tema, material que veio ao conhecimento deste autor no Centro de Documentação do Exército (CDocEx), e que atualmente encontra-se no acervo do Arquivo Histórico do Exército



(AHEX). Na conclusão da pesquisa, depositada em cinco folhas à parte dos volumes, constam as reflexões de maior propriedade, com detalhamento do proveito do estudo para o contexto da luta revolucionária e esclarecendo que o documento visou contribuir para a formulação de uma doutrina de emprego das Forças Armadas do Brasil⁶⁴.

O relatório do EME conclui que o desenrolar da luta no Contestado desfavoreceu as convenções observadas na guerra regular, enfatizando o ensinamento de que, se o modo de combater do adversário é a tática de guerrilha, a isso é necessário dar resposta por meio de ações descentralizadas, valorizando a iniciativa em proveito de operações anti-guerrilha. O texto ressalta que “A instrução deve visar o conhecimento das condições da região de operações, o emprego da tática de guerrilhas e o preparo psicológico do homem”⁶⁵, ao passo que se empreendessem esforços para influenciar a população de forma a ter o seu auxílio e evitar a sua cooperação com o inimigo. Não

foi possível vislumbrar o efetivo alcance desse trabalho na doutrina militar, pois o material acessado é inédito (não foi publicado) e, ademais, não foram localizados dados de autoria e circulação. Entretanto, outros textos oferecem uma pista do alcance dessas ideias.

No início dos anos 1970, com a coordenação da Comissão de História do Exército Brasileiro (CHEB) do EME⁶⁶, foi publicada a obra *História do Exército Brasileiro – Perfil militar de um povo*⁶⁷, em três volumes. O material foi destinado à ampla circulação no meio militar, o que se conclui da sua localização em bibliotecas sob a administração das Forças Armadas ainda na atualidade. O conjunto do trabalho foi fruto de um esforço monográfico que envolveu a colaboração de alunos da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). Os nomes dos participantes estão listados no primeiro volume da publicação, sem especificar a autoria dos capítulos. Do material editado nos anos 1970, o capítulo *Campanha do Contestado* surge como um dos mais informa-



tivos sob o ponto de vista da narrativa chancelada pelo Exército sobre o episódio. As referências bibliográficas gerais são apontadas ao final da obra, não constando apontamentos diretos no texto, mas são suficientes para esclarecer que serviram de fonte os livros de Assunção e Peixoto, entre outras obras, fazendo menção ao texto de Rui Facó “Forças Armadas”, parte do livro *Brasil, século XX*, publicado no Rio de Janeiro pela Editora Vitória em 1960.

História do Exército Brasileiro reproduz o cerne da narrativa de união em torno do cumprimento da missão na construção da identidade militar, tema fortemente presente nas interpretações sobre o Contestado. No tópico “Contestado, uma guerra revolucionária” afirma-se que entre os rebeldes se cogitou a intenção de expandir o movimento e avançar contra a capital federal.

Ao contrário de Canudos, em que os jagunços contentavam-se em viver, a seu modo, a sua *ordem*, na *Tróia Sertaneja*, nesta guerra surgiu a ideia de im-

plantar uma nova ordem, além dos redutos do Contestado. De fato, no apogeu do movimento, dominando os fanáticos vasta região entre a Estrada de Ferro S. Paulo – Rio Grande e as bacias dos rios Iguazu e Negro, ao norte, e Pelotas, ao sul, veio à mente de sua chefia um plano de envergadura: prosseguir na direção geral de S. Paulo e, a leste pelo vale do Itajaí, na direção do mar. Comandaria o avanço por aqui o Alemãozinho, Henrique Wolland, desertor da célebre canhoneira alemã *Panther*. Vislumbravam obter adesões, de modo a chegar no Rio de Janeiro com força suficiente para derrubar a *República dos Coronéis* (grifo no original)⁶⁸.

Apesar de não esmiuçar qual seria a “nova ordem”, o histórico das denúncias sobre as intenções do movimento oferecem algumas sugestões, como a aventada ambição de os rebeldes se organizarem numa luta em favor da restauração da monarquia, acusação tida como pouco crível⁶⁹.

Outra possibilidade é a referência à defesa da adoção de um regime igualitário nos acampamen-



tos dos rebeldes, prática com ares de socialismo cristão fundamentada na religiosidade dos caboclos⁷⁰.

Ao abordar as hipotéticas pretensões revolucionárias do movimento, o teor de *História do Exército Brasileiro* sobre o Contestado recorda interpretações de Rui Facó, que defendeu a hipótese de que as motivações dos movimentos sociais rurais como Canudos, Contestado e Caldeirão expressaram a luta marcada pelo desejo de abolir o ordenamento social vigente em favor de uma nova ordem de caráter igualitário. Assim, os textos de lavra marxista, tiveram por potencial municiar de argumentos os defensores da necessidade passada de se combater algum possível germe revolucionário no Contestado.

Outra fonte da narrativa do interesse para se compreender o arcabouço interpretativo caro aos militares nos anos 1960-80 se encontra em *Guerras insurrecionais no Brasil (Canudos e o Contestado)*⁷¹. Nesse material preparatório ao curso da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, cuja

primeira impressão remonta ao ano de 1970, constam apreciações gerais sobre o contexto dos conflitos e análises de interesse bélico. No fecho da obra, ressaltam-se considerações de natureza social e política: “Embora nosso país tenha evoluído bastante e atingido uma situação bem diferente da época de Canudos e Contestado, muitos dos fatores, particularmente culturais e econômicos, que deram causa a esses movimentos insurrecionais, ainda estão presentes na nossa estrutura”⁷².

O conteúdo de *Guerras insurrecionais no Brasil* evidencia que, na interpretação dos acontecimentos no Contestado, extraiu-se a necessidade de legitimar as ações do Exército, para isso servindo-se de referenciais bibliográficos externos à instituição afinados com a compreensão de que movimentos sociais rurais possuem potencial revolucionário. Atualizando a abordagem do tema, articulou-se a relação entre Canudos e Contestado como de proveito para o estudo do fenômeno da guerrilha no contexto da Guerra Fria e como



alerta para o perigo de convulsões sociais promovidas por interesses revolucionários, estando em sintonia com *História do Exército Brasileiro*.

No âmbito do Exército, o estudo do Contestado foi realizado sob o olhar de militares temerosos de que novas convulsões sociais favorecessem a esquerda revolucionária. O assunto é amplo, mas cabe registrar que esse temor era alimentado pela memória entre os militares de episódios como a Intentona Comunista (1935) e o anticomunismo estimulado em certos momentos do Estado Novo (1937-1945) e no ciclo 1964-85, períodos em que o combate à subversão concentrou atenções, sujeitando doutrinariamente as polícias militares estaduais como forças auxiliares do Exército Brasileiro, como observou Edmundo Campos Coelho⁷³. Essa postura ganhou novo impulso no contexto da Guerra Fria, intensificando-se o uso do aparato policial contra o inimigo categorizado como subversivo e não raro cegou interpretações menos apaixonadas sobre esse episo-

dio, assim alimentando um sentimento anticomunista ao nível da paranoia, como observou José Murilo de Carvalho⁷⁴.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sedimentação da compreensão de que cabe ao Exército Brasileiro agir na manutenção da ordem pública e no combate à subversão encontrou no Contestado uma referência. Isso é perceptível ao se observar que o estudo do Contestado foi “requeentado” nos anos 1960 e 70 sob o signo do tema da guerrilha de viés revolucionário – tema da moda, presente em autores de diversas correntes interpretativas, que, observando a irregularidade do conflito e os reclames da população rebelada, associaram-no de forma controversa com aspectos da luta armada da esquerda revolucionária.

Como fenômeno da guerra, a campanha do Contestado pode ser compreendida como um evento relacionado ao desejo do Estado brasileiro em patrocinar o adensamento populacional e transformar



economicamente essa região, o que era do interesse do executivo federal ao favorecer a defesa do Brasil meridional contra ameaças hipotéticas de vizinhos, para isso valendo-se do interesse estrangeiro em bancar a construção da ferrovia em troca de direitos de exploração. A reação contrária ao novo ordenamento concentrou-se num movimento que canalizou insatisfações, sendo contido por meio do uso da máquina de guerra a impor a marcha colonizadora e favorecer o esforço de exploração econômica do território.

Nos anos vindouros, não surpreende que esse empreendimento tenha sofrido rápido esgotamento, pois foi nitidamente predatório, não se voltando a assegurar investimentos a permitir ao Contestado notabilizar-se economicamente. Para o Exército, restou assimilar a experiência em combate contra seu próprio povo e dessa experiência colher o estímulo para que se cumprissem as ambições reformadoras e modernizantes.

BIBLIOGRAFIA

A DEFESA NACIONAL. *Editorial*, ano II, n. 13. 10 de outubro de 1914.

ASSUNÇÃO, Herculano Teixeira. *A campanha do Contestado*. 2 vol. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado, 1917-1918.

BERNARDET, Jean-Claude. *Guerra no Contestado*. São Paulo: Global Editora, 1979.

BRASIL. Congresso Nacional. *Anais da Câmara dos Deputados*. Sessão de 29 de maio de 1916. v. 1. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1918a.

BRASIL. Congresso Nacional. *Anais da Câmara dos Deputados*. Sessão de 4 de julho de 1916. v. 4. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1918b.

BRASIL. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. *Guerras insurrecionais no Brasil: Canudos e o Contestado*. Rio de Janeiro, 1987.

BRASIL. Estado-Maior do Exército. *Campanha do Contestado*. In: *História do Exército brasileiro – Perfil militar de um povo*, v. 2.



Brasília: Ministério do Exército, 1972, p. 767-789.

BRASIL. Estado-Maior do Exército. *Pesquisa e relatório sobre as características do combatente na campanha do Contestado*. 1963. 5 vol., brochura, manuscrito, acervo do Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro.

CARVALHO, Fernando Setembrino de. *Relatório apresentado ao general José Caetano de Faria, Ministro da Guerra, pelo comandante das forças em operações na guerra do Contestado, 1915*. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1916a.

CARVALHO, Fernando Setembrino de. *A pacificação do Contestado*. Conferência realizada no Clube Militar na noite de 3 de julho de 1916. Rio de Janeiro: Clube Militar, 1916b.

CARVALHO, Fernando Setembrino de. *Memórias: dados para a história do Brasil*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1950.

CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

CARVALHO, Tarcísio Motta de. *Coerção e consenso na Primeira República: a Guerra do Contestado (1912-1916)*. Tese de doutorado, História, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, 2009.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

CLAUSEWITZ, Carl von. *Da guerra*. Brasília: Editora UnB; São Paulo: Martins Fontes, 1979.

COELHO, Edmundo Campos. *Em busca de Identidade: o Exército e a Política na Sociedade Brasileira*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

DIACON, Todd A. *Millenarian vision, capitalist reality: Brazil's Contestado rebellion, 1912-1916*. Durham: Duke University Press, 1991.

FACÓ, Rui. *Cangaceiros e fanáticos: gênese e luta*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

GALLO, Ivone Cecília D'Ávila. *O Contestado: o sonho do milênio igualitário*. Campinas: Editora Unicamp, 1999.



KEEGAN, John. *Uma história da guerra*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

LACERDA, Maurício P. de. Seção de 21 de setembro de 1914. In: BRASIL. Congresso Nacional. *Anais da Câmara dos Deputados*. Seções de 1º a 30 de setembro de 1914. v. 6. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1915, p. 371-372.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997.

MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do Contestado: a formação e atuação das chefias caboclas*. Campinas: Editora Unicamp, 2004.

MCCANN, Frank D. *Soldados da Pátria: história do Exército Brasileiro (1889-1937)*. São Paulo: Companhia das Letras; Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2009.

MIRANDA, Alcibíades. *Contestado*. Curitiba: Lítero-Técnica, 1987.

MONTEIRO, Douglas Teixeira. *Os errantes do novo século: um estudo sobre o surto milenarista do*

Contestado. São Paulo: Duas Cidades, 1974.

MOURA, Aureliano Pinto. *Contestado: a guerra cabocla*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003.

OLIVEIRA, João Pereira de. Uma página da campanha do Contestado. *Revista Militar Brasileira*. Rio de Janeiro, v. 25, p. 59-76. 1954.

PEDROSA, José de Maya. Canudos e Contestado. *Revista do IGHMB*. Estado da Guanabara, v. 45, n. 58, p. 155-171. 1969.

PEIXOTO, Demerval [pseudônimo Crivelaro Marcial]. *Campanha do Contestado: episódios e impressões*. 3 vol. Rio de Janeiro: edição do autor, 1916.

POTYGUARA, Tertuliano Albuquerque. *Parte de combate*. Coluna de ataque ao reduto de Santa Maria. Vila de Canoinhas, 20 de abril de 1915. 11 folhas, datilografado, acervo do Arquivo Histórico do Exército, caixa arquivo 5547.

PRIORE, Mary del Priore; DAROZ, Carlos (org.). *A história do Brasil nas duas guerras mundiais*. São Paulo: Editora Unesp, 2019.



QUEIROZ, Maurício Vinhas de. *Messianismo e conflito social: a guerra sertaneja do Contestado*. São Paulo: Editora Ática, 1981.

QUEIROZ, Themistocles C. A luta no Contestado. *Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro, n. 152. 1957.

RODRIGUES, Rogério Rosa. *Veredas de um grande sertão: a Guerra do Contestado e a modernização do Exército brasileiro*. Tese de Doutorado, História Social, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.

SALOMÃO, Eduardo R. *A Guerra de São Sebastião*. Tese (doutorado em História). Brasília: UnB, 2012.

SOARES, José O. Pinto. *Apontamentos para a história: o Contestado*. Porto Alegre: Oficinas gráficas da Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1920.

TILLY, Charles. *Coerção, capital e Estados europeus*. São Paulo: Edusp, 1996.

¹ MCCANN, Frank D. *Soldados da Pátria: história do Exército Brasileiro (1889-1937)*. São Paulo: Companhia das Letras; Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2009.

² TILLY, Charles. *Coerção, capital e Estados europeus*. São Paulo: Edusp, 1996.

³ CLAUSEWITZ, Carl von. *Da guerra*. Brasília: Editora UnB; São Paulo: Martins Fontes, 1979.

⁴ Cf. PEIXOTO, Demerval [pseudônimo Crivelaro Marcial]. *Campanha do Contestado: episódios e impressões*. 3 vol. Rio de Janeiro: edição do autor, 1916; e QUEIROZ, Maurício Vinhas de. *Messianismo e conflito social: a guerra sertaneja do Contestado*. São Paulo: Editora Ática, 1981.

⁵ Cf. MONTEIRO, Douglas Teixeira. *Os errantes do novo século: um estudo sobre o surto milenarista do Contestado*. São Paulo: Duas Cidades, 1974; SALOMÃO, Eduardo R. *A Guerra de São Sebastião*. Tese (doutorado em História). Brasília: UnB, 2012.

⁶ KEEGAN, John. *Uma história da guerra*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

⁷ CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

⁸ MCCANN, op.cit.



⁹ Cf. QUEIROZ, op.cit.; MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do Contestado: a formação e atuação das chefias caboclas*. Campinas: Editora Unicamp, 2004.

¹⁰ Ver CARVALHO, 2005, op.cit.; RODRIGUES, Rogério Rosa. *Veredas de um grande sertão: a Guerra do Contestado e a modernização do Exército Brasileiro*. Tese de Doutorado, História Social, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.

¹¹ CARVALHO, Fernando Setembrino de. *Relatório apresentado ao general José Caetano de Faria, Ministro da Guerra, pelo comandante das forças em operações na guerra do Contestado, 1915*. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1916a.

¹² MOURA, Aureliano Pinto. *Contestado: a guerra cabocla*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003.

¹³ MACHADO, op.cit.

¹⁴ Cf. CARVALHO, Tarcísio Motta de. *Coerção e consenso na Primeira República: a Guerra do Contestado (1912-1916)*. Tese de doutorado, História, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, 2009; DIACON, Todd A. *Millenarian vision, capitalist reality: Brazil's Contestado rebellion, 1912-1916*. Durham: Duke University Press, 1991.

¹⁵ MONTEIRO, Douglas Teixeira. *Os errantes do novo século: um estudo sobre o surto milenarista do Contestado*. São Paulo: Duas Cidades, 1974.

¹⁶ O termo “monge” não corresponde a ser José Maria integrante de uma ordem religiosa, mas alude ao epíteto comumente atribuído pelos moradores da região aos peregrinos com fama de beato.

¹⁷ QUEIROZ, op.cit.

¹⁸ CERQUEIRA in PEIXOTO, Demerval [pseudônimo Crivelaro Marcial]. *Campanha do Contestado: episódios e impressões*. 3 vol. Rio de Janeiro: edição do autor, 1916, p. 159.

¹⁹ PEIXOTO, op.cit., p. 157.

²⁰ SALOMÃO, op.cit.

²¹ PEIXOTO, op.cit., p. 160.

²² PEIXOTO, op.cit.; QUEIROZ, op.cit.

²³ PEIXOTO, op.cit.

²⁴ QUEIROZ, op.cit.

²⁵ PEIXOTO, op.cit.; QUEIROZ, op.cit., MACHADO, op.cit.

²⁶ CARVALHO, 1916a, op.cit., p. 43.

²⁷ PEIXOTO, op.cit., p. 636.

²⁸ MCCANN, op.cit.

²⁹ CARVALHO, 1916a, op.cit., p. 29.

³⁰ PEIXOTO, op.cit.

³¹ DIACON, op.cit.



³² CARVALHO, Tarcísio Motta de. *Coerção e consenso na Primeira República: a Guerra do Contestado (1912-1916)*. Tese de doutorado, História, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, 2009.

³³ LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997.

³⁴ CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

³⁵ CARVALHO, 1916a, op.cit.

³⁶ *Ibid.*, p. 18.

³⁷ PEIXOTO, op.cit.; QUEIROZ, op.cit., MACHADO, op.cit.

³⁸ PEIXOTO, op.cit.

³⁹ POTYGUARA, Tertuliano Albuquerque. *Parte de combate*. Coluna de ataque ao reduto de Santa Maria. Vila de Canoinhas, 20 de abril de 1915. 11 folhas, datilografado, acervo do Arquivo Histórico do Exército, caixa arquivo 5547, p. 2.

⁴⁰ *Ibid.*, p. 10.

⁴¹ PEIXOTO, op.cit.; QUEIROZ, op.cit., MACHADO, op.cit., CARVALHO, 1916a, op.cit.

⁴² PEIXOTO, op.cit.; QUEIROZ, op.cit., MACHADO, op.cit.

⁴³ MACHADO, op.cit.

⁴⁴ CARVALHO, Fernando Setembrino de. *A pacificação do Contestado*. Conferência realizada no Clube Militar na noite de 3 de julho de 1916. Rio de Janeiro: Clube Militar, 1916b.

⁴⁵ PRIORE, Mary del Priore; DAROZ, Carlos (org.). *A história do Brasil nas duas guerras mundiais*. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

⁴⁶ MCCANN, op.cit.

⁴⁷ Disponível em <<https://bit.ly/3iOWDKb>>. Acesso em: jan. 2021.

⁴⁸ Disponível em <<http://www.5bdacbldeeb.mil.br/index.php/historico>>. Acesso em: jan. 2021.

⁴⁹ Disponível em <<http://www.cavexeb.mil.br/index.php/historico>>. Acesso em: jan. 2021.

⁵⁰ RODRIGUES, op.cit., p. 47.

⁵¹ A DEFESA NACIONAL. *Editorial*, ano II, n. 13. 10 de outubro de 1914, p.1.

⁵² *Ibid.*, p. 2.

⁵³ *Ibid.*

⁵⁴ LACERDA, Maurício P. de. Seção de 21 de setembro de 1914. In: BRASIL. Congresso Nacional. *Anais da Câmara*



dos Deputados. Seções de 1º a 30 de setembro de 1914. v. 6. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1915, p. 371-372.

⁵⁵ Cf. BRASIL. Congresso Nacional. *Anais da Câmara dos Deputados*. Sessão de 29 de maio de 1916. v. 1. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1918a; e BRASIL. Congresso Nacional. *Anais da Câmara dos Deputados*. Sessão de 4 de julho de 1916. v. 4. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1918b.

⁵⁶ PEIXOTO, op.cit., p. 94.

⁵⁷ CARVALHO, 1916a, op.cit., p. 78.

⁵⁸ BERNARDET, Jean-Claude. *Guerra no Contestado*. São Paulo: Global Editora, 1979.

⁵⁹ PEIXOTO, op.cit., p. 84.

⁶⁰ FACÓ, Rui. *Cangaceiros e fanáticos: gênese e luta*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

⁶¹ Cf. CARVALHO, Fernando Setembrino de. *Memórias: dados para a história do Brasil*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1950; OLIVEIRA, João Pereira de. Uma página da campanha do Contestado. *Revista Militar Brasileira*. Rio de Janeiro, v. 25, p. 59-76. 1954; PEDROSA, José de Maya. Canudos e Contestado. *Revista do IGHMB*. Estado da Guanabara, v. 45, n. 58, p. 155-171. 1969; MIRANDA, Alcibiades. *Contestado*. Curitiba: Lítero-Técnica, 1987; e

MOURA, Aureliano Pinto. *Contestado: a guerra cabocla*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003.

⁶² CRUZ apud CARVALHO, 1950, op.cit., p. 8.

⁶³ BRASIL. Estado-Maior do Exército. *Pesquisa e relatório sobre as características do combatente na campanha do Contestado*. 1963. 5 vol., brochura, manuscrito, acervo do Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro.

⁶⁴ *Ibid.*, p. 1.

⁶⁵ *Ibid.*, p. 3.

⁶⁶ Sobre a CHEB, ver: “Relatório de atividades da Comissão de História do Exército Brasileiro do Estado-Maior do Exército de 1971-1973”. Disponível em: <<https://bit.ly/36bug3J>>. Acesso em jan. 2021.

⁶⁷ BRASIL. Estado-Maior do Exército. *Campanha do Contestado*. In: *História do Exército brasileiro – Perfil militar de um povo*, v. 2. Brasília: Ministério do Exército, 1972.

⁶⁸ *Ibid.*, p. 789.

⁶⁹ PEIXOTO, op.cit.; SOARES, José O. Pinto. *Apontamentos para a história: o Contestado*. Porto Alegre: Oficinas gráficas da Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1920.

⁷⁰ GALLO, Ivone Cecília D’Ávila. *O Contestado: o sonho do milênio iguali-*



tário. Campinas: Editora Unicamp, 1999.

⁷¹ BRASIL. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. *Guerras insurrecionais no Brasil: Canudos e o Contestado*. Rio de Janeiro, 1987.

⁷² BRASIL, 1987, op.cit., p. 52.

⁷³ COELHO, Edmundo Campos. *Em busca de Identidade: o Exército e a Política na Sociedade Brasileira*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

⁷⁴ CARVALHO, 1985, op.cit.